

AS FISSURAS DO SENTIDO DO EU

Leandro Alves Martins de Menezes¹

RESENHA DO LIVRO: CANGUILHEM, Georges. Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do *Cogito*? (Tradução de Fábio Ferreira de Almeida). Goiânia: Edições Ricochete, 2012. (Coleção Inominável)

“Foucault não foi o inimigo do homem e do sujeito humano que se julgou que fosse; considerava, simplesmente, que esse sujeito não podia fazer cair do céu uma verdade absoluta nem agir soberanamente na constelação das verdades.”² (2008, p.9) Não temos comunicação direta com o ser. Contudo, isso não nos leva para uma ontologia completamente relativista, para um ceticismo ou um niilismo. Ao contrário, em Foucault não há distanciamento analítico em relação ao que buscam aqueles que querem encontrar a essência da verdade. Digamos que ele muda a lente de observação e nos leva para além da sociedade, da mentalidade e dos generalismos. Fez-nos ver que “o conhecimento não pode ser o espelho fiel da realidade.” (2008, p.11) Pelas discursividades encontramos a razão da inesgotável produção de Michel Foucault, nas suas variâncias, nas peculiaridades de cada época, no enfrentamento de tabus, de historicismos, científicisms, em síntese, nos jogos de poder. Por meio deles somos acostumados a engolir verdades, sempre provisórias, mas que carregam um conteúdo definitivo, total, perpétuo. Inversamente Foucault nos mostra que o pensamento é rarefeito, apresenta lacunas e são com elas que ele se ocupa.

Em *Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito*? encontramos uma defesa de *As palavras e as coisas* e do método arqueológico. Georges Canguilhem promove a tentativa de salvaguardar as hipóteses de Foucault, livrando-as dos inúmeros equívocos de compressão já expressados a respeito da obra que está próxima de completar cinquenta anos e é concebida, mesmo pelos críticos, como uma das mais relevantes produções filosóficas do século XX. Não há identidade previamente dada nos caminhos percorridos pelo pensamento de Foucault. O seu objeto não está nas coisas, na natureza humana, mas no enunciável, no enunciador, no discurso, na linguagem, enfim. Nietzsche já indicava que o sentido da palavra remete ao que ela confere e por quem é dito, como é enunciado. Fazendo uso dessa proposta, Foucault modifica uma questão importante na história do pensamento, a de que importa menos o significado do que é pensar. Devemos nos voltar para a questão “o que é falar?”. Vemos uma ruptura com os pressupostos cartesianos, na medida em que as discussões em primeira pessoa se tornam estéreis, no momento em que a

¹Filósofo e historiador, atualmente é professor efetivo na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), nas Faculdades Alves Faria (ALFA) e nos colégios WR, CPMG e SESI.

²VEYNE, Paul. *Foucault: o pensamento, a pessoa*. Trad. de Luís Lima. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2008.

loucura é apresentada como excesso de subjetividade e a normalização como o apagamento do eu, portanto há uma revolução acerca do que tomamos como objeto de reflexão. Dom Quixote é uma clara representação desse modelo de loucura, não por acaso algumas páginas de *As palavras e as coisas* são dedicadas à análise dessa criação de Cervantes. A linguagem é um dispositivo de poder, não somente uma marca, uma espécie de assinatura, de autoria, mas também um instrumento de manipulação. A fundamentação científica contemporaneamente, justamente por isso, não busca mais decifrar a natureza, mas encontrar o melhor modo de representá-la. O *Cogito* de Descartes foi por séculos sustentados como a relação conceitual mais cristalizada entre aquele que pensa e o pensamento. Contudo o eu de Descartes só é válido para Descartes. Esse eu não atinge uma eventual prova do outro, nem mesmo daquilo que representa. Foucault nos leva a retomada dessa pergunta: O que é o eu? Mas um eu que vai além do racionalismo cartesiano, que compreende o outro como elemento formador na representação do que é o eu. O eu do outro ou o meu eu visto pelo outro, em terceira pessoa. Se espantar com o seu eu, não reconhecer a natureza dele, pelo menos aquela atribuída discursivamente pelo outro, sobretudo por dispositivos de análises ditos científicos: sadio, doente, louco, liberto, curado, etc.

Le Goff diversas vezes aludiu para a pouca importância, sob sua ótica, na contribuição dos filósofos da história para a historiografia e para o processo de composição de um estudo histórico consistente. Noutra via, abria exceção quando o citado nas entrevistas era Foucault, afirmava que “foi um caso raro: tornou-se historiador, permanecendo filósofo!”³ A admiração talvez se situe no fato de que Foucault não costumava citar historiadores para confirmar hipóteses, preferia se debruçar em textos primários por vezes esquecidos em bibliotecas, fontes pouco recorridas, documentos soterrados e assim construía sua teia argumentativa. Foucault nunca foi fiel a si mesmo e aos seus conceitos. Sua filosofia jamais foi produzida a partir de alguma tese que pudesse ser defendida por ele durante toda a vida; seu pensamento é produtor de movimento, de novidades, e, por isso, considerado aberto. A perfeição do seu discurso está justamente no perpétuo desajuste, na capacidade de admitir sua produção intelectual como processo de constante reelaboração, como se a busca por tecer tanta análise acerca do poder o tivesse seduzido. Suas obras demonstram uma tentativa de jamais se deixar amarrar aos discursos como princípio de verdade. Foucault talvez tenha sido o filósofo mais plural do século XX, sobretudo se pensarmos nas suas contribuições dadas em inúmeras e diversas áreas do pensamento: artes, direito, linguística, história, medicina, economia, biologia, psicologia, etc. Isso porque seu objeto é o discurso, e assim, acabou por elaborar uma espécie de história universal que por meio de uma análise minuciosa daquilo que é enunciado tornou tudo singular, tal como sugere Paul Veyne. Canguilhem nos apresenta uma defesa desta infidelidade que me parece mais confiável, em termos do que possamos compreender por prática, por exercitar e estimular o conhecimento.

³ Entrevista transcrita, traduzida e editada por Monique Augras e publicada no periódico *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 1991, p. 262-270.